



Assembleia Municipal de Viseu

MOÇÃO: “Garantir a ligação ferroviária à cidade de Viseu

As sucessivas políticas de desinvestimento na rede ferroviária tradicional, especialmente no que diz respeito ao serviço de populações fora dos grandes centros urbanos da faixa litoral, levaram a que amplas parcelas do território e da população estejam hoje sem acesso ao comboio como meio de transporte.

A política de degradação e desmantelamento da ferrovia no interior tem sido sem dúvida um dos factores que influenciam decisivamente a perpetuação e agravamento das assimetrias regionais e o desequilíbrio do território nacional. Onde antes havia duas ligações à cidade de Viseu, através da Linha do Dão e da Linha do Vouga, não há hoje nenhuma.

À cidade de Viseu é por isso atribuído o título de maior cidade da Europa sem transporte ferroviário, prejudicando a dinâmica de desenvolvimento da região.

Em face desta inequívoca realidade, a Assembleia Municipal de Viseu, aprova a seguinte deliberação:

- 1 – Requerer ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Governo que iniciem o processo da ligação urgente de Viseu à Linha da Beira Alta integrada no desenvolvimento da rede ferroviária nacional, de forma a garantir o acesso à mobilidade por comboio de pessoas e mercadorias;
- 2 – Que em simultâneo seja realizado o estudo para a reconstrução e reabertura da Linha do Vouga entre Sernada do Vouga e Viseu, indo de encontro ao interesse das populações, das organizações de trabalhadores, de empresários e de agricultores, garantindo, também por esta via, a ligação ferroviária à Cidade de Viseu;
- 3 – Que o referido Estudo da Linha do Vouga incorpore a abordagem, entre outras, das questões do transporte suburbano para Viseu e Aveiro, do escoamento da produção industrial da região e do aproveitamento turístico da infraestruturas.
- 4 – Que esta Moção, uma vez aprovada, seja enviada a todos os órgãos municipais do Distrito de Viseu e de Aveiro, a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos ministros da tutela.”